O GLOBO

© O GLOBO é publicada pela Infoglobo Comunicações Ltda.
Vice-Presidente: Eugenio Marinho • João Roberto Marinho
Conselho Gerente: Francisco Graell • Luiz Paulo J. Vasconcelos
Diretor Geral: Paulo C. Neves
Unidade de Mídia Impressa e Rádio
Diretor Geral: Luiz Eduardo Vasconcelos
Diretor de Finanças e Recursos: Ana Paula Pessoa
Diretor de Jornalismo: Marcel Pereira
Diretor Executivo: Antônio Carlos Carrenho
Editor Chefe: Rodrigo Fernandes
Diretor de Operações: Paulo Neves • Diretor de Finanças e Recursos: Claudio Dodt • Diretor de Marketing: Paulo Dodt
Rua Irineu Marinho, 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ • CEP 20.230-901 • Tel.: (21) 2534-5000 • Fax: (21) 2534-5523

TEMA EM DISCUSSÃO: *O pós-talibã*

NOSSA OPINIÃO

Luz e trevas

Encerrada uma primeira etapa da campanha afegã, com a tomada dos bastiões de Tora Bora, abre-se uma segunda fase que não promete facilidades.

No calor dos acontecimentos de 11 de setembro, foi possível montar uma coalizão vitoriosa que contou inclusive com o apoio de governos árabes. Viu-se, *a posteriori*, que os próprios alegáos estavam cansados do tirânico regime talibã.

Depois da vitória fácil, vem a estrada pedregosa. Continua havendo uma relativa unanimidade quanto à necessidade de combater o terrorismo. Mas isso é mais uma questão de cúpula — e nem todas as cúpulas estão igualmente motivadas. Abaixo do topo, tido pode acontecer — inclusive a defesa explícita do terror por entidades como o Hamas.

Estamos apenas no início de uma nova etapa de dificuldades. Ressentimentos muito disseminados são o caldo de cultura de que o terror sempre se alimentou.

Outra dificuldade é o contexto político do mundo islâmico. Já se disse que, nesse terreno, as dificuldades vêm mais da política do que de divergências religiosas.

O mundo islâmico sofre historicamente de uma fragmentação política. Pelas deficiências da política, e por uma mistura às vezes indestrinchável entre autoridades políticas e religiosas, as cúpulas políticas muitas vezes estão em disintonia com as bases. Há até países (quase todos) cujas origens históricas são artificiais, e mergulham suas raízes no período de dominação ocidental.

Daí a tentação do autoritarismo, quando não do despotismo; e é com essas lideranças que o mundo ocidental tem de lidar.

Tudo ficaria mais fácil se o próprio mundo islâmico se convencesse da importância de uma modernização das suas estruturas políticas. O intenso debate que hoje se trava no interior de um país como o Irã é uma amostra expressiva de que caminhar nessa direção não é pura utopia.

OUTRA OPINIÃO

Islã e democracia

YASMIN ANUKIT

Pronunciamentos a respeito das relações entre islamismo e democracia costumam ignorar que a democracia não é estranha à tradição islâmica; muito pelo contrário, é parte integrante de seus fundamentos. Estamos diante de um problema histórico, pois esse direito inalienável sofreu grande usurpação. Um Estado genuinamente islâmico, isto é, que aplique as leis muçulmanas na íntegra, ainda estaria por vir.

Os conceitos de Estado, de suas bases políticas e econômicas, foram definidos pelo profeta Mohammed. Segundo ele, todos os homens e mulheres são iguais diante de Deus. A "shura" ou Conselho Consultivo deve ser também eleita pelo povo. Teoricamente, o "amir" (governante) é passível de crítica e perde sua legitimidade política, caso seu mandato seja desaprovado.

A representação de um conceito genuinamente islâmico de mundo, ao que parece, não se fez totalmente presente no quadro institucional do Oriente Médio. Permanece como um projeto de utopia social.

Desde os primórdios, diríamos que o "Convênio" do profeta com a comunidade não vingou, pois o primeiro califado com sede em Damasco tomou para si ambições imperialistas inundanas, a interpretação da "jihad" enquanto luta pelo poder e o conceito de "Khalifa" derivado das monarquias divinas de cunho persa-bizantino. O sentido sunita de "Khalifa", trazido por Mohammed, nada tem a ver com as tradicionais teocracias do Oriente antigo. O "Khalifa", que deve ser eleito, é o "representante", o "gerente" de Deus na Terra. Porém todo muçulmano é potencialmente um "Khalifa" pois, a rigor, o Islã não se baseia em estruturas hierárquicas, mas egalitárias. O islamismo se assenta na idéia de "califado popular". Aí se funda a natureza democrática do poder, embora distinta da ocidental, calcada na soberania popular.

Radicais como Osama bin Laden, cuja idéia de califado está associada ao poder absoluto e incontestável, expressam o equívoco de eras passadas e assinalam a ruptura do "califado popular".

Queremos ressaltar, com isso, que a abertura democrática, hoje em pauta no Oriente Médio, tem sido barrada não só pelas lutas intestinas, pela corrupção, pela hegemonia de potências estrangeiras que apóiam monarquias ou repúblicas reacionárias, mas também porque a História prima por extrair seu gerenciamento muito mais de interesses econômicos do que de idéias humanísticas.

A propaganda constante de que democracia e mundo árabe/islâmico são incompatíveis deve ser revista e atualizada.

YASMIN ANUKIT *é professora de civilização islâmica*

CARTAS DOS LEITORES

Revolta popular

● "Nesta hora difícil, vive a Argentina, irmãos gemininos e a América Latina."

LUIZ RAMOS DA SILVA PUJO
(por e-mail, 21/12), Rio

● Especialistas afirmaram, com bastante antecedência, que a crise econômica argentina poderia levar o país ao caos social com uma instabilidade de ordem institucional preocupante. Todos nós, latino-americanos, temos de torcer para a melhora de situação do nosso vizinho ou o sonho de uma América Latina unida estará enterrado.

RAPHAEL DA SILVA SANTOS
(por e-mail, 21/12), Nova Iguaçu, RJ

● Aristóteles dizia que quando o governo de algumas pessoas se corrompe, vira uma oligarquia e acaba gerando revolta popular. Na Argentina, temos acompanhado durante algum tempo, acontece o mesmo que aqui no Brasil: venda do patrimônio e do patrimônio aos estrangeiros, com a descrença de que isso vai resolver os problemas da desigualdade, mas que acaba por promover desemprego, fome, perda da dignidade e da soberania. O certo social é cumprido somente pelo povo, submetido aos caprichos de alguns que estão no governo. Espero que o povo argentino recupere sua dignidade, não deixando sair de lá qualquer dos responsáveis pela crise, para que possam ser julgados pelo povo e pagar pelo que fizeram.

ARNALDO CARLOS DA SILVA BERNARDES
(por e-mail, 21/12), Rio

● O povo argentino sais espontaneamente às ruas para exigir o fim da ditadura da corrupção. Viveram muitos anos sob uma ditadura militar (só assassina quanto corrupta, e lamentavelmente hoje vivemos a ditadura de uma classe política tão assassina e corrupta quanto a militar, porque mata o povo condenando-o à fome, submetendo-o à repressão, à ameaça, ao desrespeito de seus direitos constitucionais. Os argentinos suportaram estoicamente a ditadura e a inércia de Alfonsin, a delinqüência de Menem e a desfaçatez de De la Rúa, mas hoje disseram basta. Este é o motivo pelo qual se pôde ver pela televisão a rebelião do povo argentino, principalmente de sua classe média que historicamente tem sido o pulmão cultural e econômico do país.

IRMA RAQUEL VILCHE CANO
(via Globo On Line, 20/12), Mar del Plata, Argentina

● Desemprego, arrocho salarial, miséria, corrupção, falência das instituições, desrespeito aos direitos do cidadão, submissão às imposições do poder internacional, milhares econômicos, medidas espalhafatosas, tarifaços, ministros poderosos que levam países à bancarrota e depois vão ser consultores, e depois voltam ao poder. Essas coisas acontecem. Não nos surpreendemos mais com fatos tão corriqueiros nesta parte do mundo.

SILENIO GARCIA CORTEZ
(por e-mail, 21/12), Duque de Caxias, RJ

● Bem que nós poderíamos ter um pouco de sangue argentino, ou seja, ter educação política. O Brasil seria bem melhor.

JÚLIO ARAÚJO DA SILVA
(por e-mail, 21/12), Rio

● O cabeçalho do caderno de economia de hoje (21/12) é bem eloqüente: "Povo diz basta e De la Rúa cai". A corda estica, estica e um dia se rompe. Que isso sirva de alerta para o governo brasileiro, que está indo pelo mesmo caminho. São impostos e taxas escorchantes e injustas, racionamento de energia, a impunidade geral e insegurança da população e, sobretudo, uma política social cruel. Não tantas provocações que fica difícil justificar. Se o pêndulo comportamental que oscila entre a Argentina e o Brasil existe mesmo, é bom que o nosso governo fique atento.

FRANKLIN DAVID RUMJANEK
(por e-mail, 21/12), Rio

Contra a fome

● Li hoje que com R$ 15 por cidadão cuja situação econômica permita pagar esta quantia poderemos erradicar a miséria e a fome no Brasil. Concordo plenamente e estou disposto a contribuir para a população sair da miséria e com isso melhorarmos todos de vida, com menos assaltos e roubos, desde que a Justiça e a polícia também façam a sua parte. O único receio que tenho é que essa contribuição espontânea do povo seja desviada, tal qual a CPMF. O que se vê foi uma idéia genial e vantajosa para o povo ter seus recursos desviados para as bocas governamentais, tornando-se mais um imposto disfarçado.

PEDRO WOMENLATT
(por e-mail, 19/12), Rio

Pagando a conta

● Assistimos impotentes ao absurdo raciocínio de "perdas" das empresas de energia decorrentes do racionamento, quando, na realidade, elas se originaram na irracionalidade de um modelo fruto da parceria do governo com o setor privado. Se há alguém inocente nessa situação é o consumidor. Mas, como no Brasil vários inocentes estão na cadeia, não poderia ser de outra forma: nós é que vamos pagar. O que espanta é a afirmação do ministro Pedro Parente de que os recursos virão do Tesouro. Primeiro, decidiram que as estatais não podiam investir apesar de terem recursos para tal, pois o orçamento "caixa única" mistura tudo e proíbe cortar investimentos para pagar dívida. Nessa decisão, assemelharam tarifa de energia elétrica a imposto, pois parte desse dinheiro jamais retornará ao setor elétrico. Resultado: o racionamento. Agora acabam de decidir que o prejuízo das distribuidoras é gerado-as também é imposto, uma vez que é ele que sustenta o Tesouro. Assim, até aqueles que não são servidos por energia elétrica pagarão. O truque social do governo é dizer que a indústria é que vai arcar com a maior parte do aumento. Ora, será que as indústrias não vão repassar esse custo?

ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO,
diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Setor Elétrico — Ilumina (por e-mail, 21/12), Rio

● Tendo cumprido todas as metas de racionamento de energia até outubro, e tendo a concessionária me informado mensalmente que faria jus a reembolso de bônus — coisa que nunca aconteceu — fui surpreendida na visita de despedida com uma sobretaxa por ter ultrapassado o limite estabelecido. Ora, sugiro que, por uma questão de justiça, o crédito de kWh que economizei durante o período anterior me sejam subtraídos nas próximas faturas. Talvez os responsáveis pela crise julguem esta sugestão simplista, no entanto, ela é muito justa.

LÚCIA MARIA E. AMARAL
(por e-mail, 13/12), Rio

Morcegos na sala

● Os moradores da Rua Fonte da Saudade têm mais sorte que os do Grande Méier. Aqui os morcegos voam dentro dos apartamentos. E não sabem que o prazo máximo para estar em determinado local é de seis semanas, segundo o biólogo da Fundação Rio-Zôo. Muitas vezes, ao sair de um cômodo para o outro, levo um susto de um morcego. As soluções são as mais variadas. Ficar com as varandas fechadas, sentindo calor, nestes tempos de racionamento, cercar-se de telas e também sentir calor ou buscar equipamentos eletrônicos caríssimos, que mantêm os bichos afastados. Espero que após a reportagem, realmente se consiga atendimento da Fundação Rio-Zôo ou do projeto Morcegos Urbanos. Durante três meses tentamos contato via internet sem sucesso pois a página está sempre com problemas.

ELIANE PEREIRA
(por e-mail, 21/12), Rio

Cidade derrotada

● Não consigo entender o despejo da loja de José Soares em Copacabana. A casa encontra-se no meio de quarteirão, um tanto afastada do metrô, e rodeada de diversos outros estabelecimentos que, aparentemente, não sofrem ameaças. A construção do metrô sempre foi marcada por arbitrariedades como essa, em que ruas arborizadas e casas antigas sempre foram perdendo. Perderam suas árvores as ruas Uruguaiana e do Catete, e por toda a cidade foram desaparecendo espaços vazios entre prédios. E em Copacabana nenhum esforço foi feito para salvar a Vila Teresina Arantes, cujas simpáticas casinhas darão lugar a mais uma praça árida e cercada de paredões. Será que não é possível conciliar progresso com conservação?

RAFAEL SILVA NETTO
(por e-mail, 19/12), Rio

Cotas para negros

● A coluna de Miriam Leitão se analisava de forma brilhante a questão das cotas para os negros. Entretanto, as opiniões de Ivanir dos Santos e Carlos Alberto Medeiros, complementadas por Ronald Fucs ("Tema em debate: Cota para negros", 21/12) parecem-me responder aos opositores da política de ação afirmativa com argumentos irresponsáveis e definitivos. A mancha histórica da escravidão começa a ser desmanchada (felizmente as primeiras medidas já são tomadas pelo governo) e isto cria indignação naqueles que sempre se locupletaram com esta situação, ainda que se utilizando de raciocínios aparentemente democráticos e universais. O governo brasileiro deve incentivar o debate, mas sem cair no "ponto de vista dos sonsos", pois isso manterá a tragédia da desigualdade no Brasil. A hora é do debate sério.

SILAS WILES DE MATTOS
(por e-mail, 21/12), Rio

● Foi com alívio que li o artigo "Privilégios ameaçados", de Ivanir dos Santos e Carlos Alberto Medeiros, e a carta do leitor Alexandre Sávio, na edição de hoje. Concordo plenamente com este último. A cota para negros é assunto de grande importância e relevância histórica, ao pôr em debate séculos de marginalização. Chega de discutir o problema com argumentos pobres e batidos, do tipo "os incompetentes vão tomar a vaga dos mais preparados" ou "a discriminação no Brasil é social e não racial". Já está mais do que provado que neste país, negros pobres são muito mais discriminados que pobres de cor clara, inclusive na hora de procurar emprego.

CINTIA EMILIA SALOMÃO CASTRO
(por e-mail, 21/12), Rio

● Quando ouvi a notícia da reserva de cotas para negros, assaltou-me uma curiosidade: como será feita a avaliação para selecionar quem teria direito a ser contemplado? Seria criado um pigmentômetro, a ser incorporado ao sistema métrico? Ou a avaliação seria subjetiva? Seria editada uma medida provisória para regulamentar a seleção? De qualquer forma, vai ter muita gente se bronzeando nas praias para pegar uma corzinha e se candidatar a uma vaga. É cultivar o racismo: que agora discrimina quem não é negro.

PEDRO PAULO ROCHA
(por e-mail, 21/12), Cunoabe, PR

Presépio afro

● Leio, sem querer acreditar, que a vice-governadora Benedita da Silva montou em seu gabinete um presépio composto só por figuras negras. Gostaria de saber se eu, em meu presépio, pintasse a figura do rei Baltazar de branco, seria enquadrado na Lei Afonso Arinos.

MARIA DA RESSURREIÇÃO DOMINIQUE PARREIRAS
(por e-mail, 20/12), Rio

● A vice-governadora Benedita da Silva realiza seu antigo desejo de ter um presépio em que até mesmo os animais fossem negros. Ela deveria ser advertida de que seu gabinete, por ser recinto público, não deveria ser palco de exposição a visitantes de tal presépio, no qual se vê com clareza uma atitude discriminatória a outra raça. É preciso ficar claro que quando se criou a Lei Afonso Arinos não foi para proteger-la apenas, mas para coibir qualquer tipo de racismo, de iniciativa de qualquer cidadão, seja ele branco, negro ou amarelo.

MANIRE PEREIRA
(por e-mail, 21/12), Rio

Palíndromo e capicua

● Em relação ao artigo de J. Roberto Whitaker Penteado, "2002, ano do palíndromo", publicado em 14/12, melhor seria dizer "2002, ano capicua". O vocábulo palíndromo não se aplica a números, mas tão-somente a cenas ou palavras.

CARLOS ICO ARONI DE SOUZA
(por e-mail, 19/12), Rio

O GLOBO aceita opiniões sobre todos os temas. Reserva-se, no entanto, o direito de evitar acusações ofensivas ou desacordadas ao bom decoro da comunicação. Textos não serão publicados sem endereço completo do autor. Devido às limitações de espaço, nem sempre será possível dar cartas a quem não tiver suas cartas e quem não tiver suas cartas, serão publicadas as mais representativas. As cartas devem ser dirigidas a seção Cartas dos Leitores (O GLOBO — Rua Irineu Marinho 35, CEP 20.230-901 — Fax: (21) 534-5523). Se não, e-mail: cartas@oglobo.com.br. Se for, inclua em cada carta o seu endereço e CPF e telefone completo. Os e-mails também devem ter nome e endereço completo.

FALE COM O GLOBO

Classifone (21) 2534-4333
Geral e Redação (21) 2534-5000
Agência O Globo Comercial (21) 2534-5656
Agência O Globo Pesquisa (21) 2534-5729
Assinat. ao Estudante (21) 2534-5610
Notícias (21) 2534-5500
Classificados (21) 2534-5630
Jornal de Bairro (21) 2534-4355
• Lista de Classificados, veja referência na página 1 do Caderno de Classificados
• Representantes comerciais em todos os estados e no exterior
BELO HORIZONTE: Tel: (31) 298-9000 - Fax: (31) 298-9009
BRASÍLIA: Tel: (61) 322-8989 - Fax: (61) 322-8989
SALVADOR: Tel: (71) 243-3944 / 243-3987 - Fax: (71) 243-3987
SÃO PAULO: Tel: (11) 3011-3200 - Fax: (11) 3011-3200
ATENDIMENTO AO LEITOR: cartas@oglobo.com.br
INTERNATIONAL SALES: Americas +1 (212) 1 407 852 5000 • Fax: +1 (212) 407 852 5000
ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (21) 2534-4300 - 0800 21 8433 (21) 2534-4300 - Horário de 7h - 24h - DDD E TONAIS - Demais DDD: 0800 218433 • Grande Brasília
ATENDIMENTO VIA INTERNET: e-mail: assinaturas@oglobo.com.br

ASSINATURA MENSAL COM DÉBITO AUTOMÁTICO NO CARTÃO DE CRÉDITO	PREÇO DE SEGUNDA A DOMINGO
	Avulso	Promocional
RIO DE JANEIRO, ANEXO ESTADO, CAPITAL SÃO PAULO	R$ 16,70	R$ 10,70

OUTROS TIPOS DE ASSINATURAS / DEMAIS ESTADOS (21) 2534-4300

ESTADOS	DIAS ÚTEIS	DOMINGOS
RJ, MG e ES	R$ 1,70	R$ 3,00
SP	R$ 1,70	R$ 3,00
DF	R$ 2,00	R$ 3,50
AC, AM e RO	R$ 2,50	R$ 5,00
MS, MT, PE, SE e PB	R$ 3,00	R$ 5,50
CE, MA, PB, PI, RN, AC, RR, AP, PA, RO, RR e TO	R$ 3,50	R$ 6,00
GO e PA	R$ 2,50	R$ 5,00

CLUBE GETÚLIO VARGAS
Rua Carlos Gomes, 40 - Anexo Centro - Rio de Janeiro - Tel.: 2533-2000 - Fax: 2533-2000
O GLOBO ONLINE
www.oglobo.com.br

O LEITOR NO GLOBO

AUTOCRÍTICA

Na pg. 14 de ontem: "As propagandas..." Certo: "Os anúncios". Ou "a propaganda". Na pg. 16: "...por meio de conectores de pontes de embarque". Parece texto de engenheiro. Adiante, falamos de "túneis suspensos", que deve ser a mesma coisa em linguagem que se entende. Ainda na pg. 16: "Um dos únicos". Único é um só. Certo: "Um dos poucos". Na pg. 27: "reações de alegria entre a população". Certo: "na população". Usa-se "entre" quando se trata de unidades, "entre os manifestantes", por exemplo. Na pg. 32B: "A crise vista por populares". "...pelo povo" seria melhor. "Popular" é termo de noticiário policial de antigamente.

(Chico Fonseca teria sido jornalista Luiz Garcia, dedicadíssimo leitor de manchas na Redação do GLOBO)

A PESQUISA DE ONTEM

Qual assunto ou reportagem mais chamou a sua atenção em todo o jornal?

Argentinos desafiam estado de sítio e derrubam De la Rúa	71,5%
Preço dos combustíveis vai ficar de 13% a 20% em janeiro	9,5%
Partido de Garotinho lança Rosinha para enfrentar Benedita em 2002 (pg. 5)	2,5%
Crescer o número de famílias chefiadas por mulheres (pg. 20)	2%
Pt pretende dois integrantes da máfia chinesa (pg. 20)	2%

A íntegra da Pesquisa com os leitores (700 entrevistados) está no Globo On Line em www.oglobo.com.br/pesquisa

CARTAS DOS LEITORES

A crise argentina, que levou o povo às ruas e derrubou o presidente De la Rúa, foi o principal assunto da semana. Ocupou o tema estava presente em 16% das cartas. A maioria alertava para a necessidade de aprender a lição para evitar a repetição do problema no Brasil. As opiniões sobre as falhas dos exames vestibulares para universidades particulares que permitem a aprovação de analfabetos representaram 13% das cartas de segunda feira; e os protestos por causa do aumento das tarifas de energia elétrica chegaram a 10% na terça